

Artigo

Bancários de parabéns!

Mais uma campanha nacional chegou ao fim com a certeza de que avançamos na busca de emprego decente e um mundo mais justo para todos.

Logo no início de nossa campanha já pudemos ver quão dura ela seria. O governo federal, os patrões e a grande mídia, uníssonos, ameaçavam a classe trabalhadora quanto às suas reivindicações. Lutar por aumento real, novos direitos etc seria colocar o País no rumo do abismo, do desequilíbrio, das perdas sociais.

Fomos à luta e enfrentamos todas as adversidades, alimentados pela certeza de que a nossa causa era justa e merecia nosso esforço. Mais uma vez a nossa unidade foi determinante. O Comando Nacional dos Bancários apontou o calendário e os sindicatos e as federações o seguiram, demonstrando a confiança na condução do processo.

Iniciamos as negociações buscando avanços sociais nas áreas de emprego, saúde, segurança e igualdade de oportunidades. Debates temas caros a todos nós, como o emprego, o fim da rotatividade, o combate ao assédio moral, o fim das metas abusivas e chegamos às questões financeiras, brigando por aumento real, valorização do piso e melhor distribuição dos lucros.

Como nos anos anteriores, outra vez faltou aos banqueiros sensibilidade e respeito aos seus trabalhadores, que deveriam vir traduzidos em uma proposta digna. Frustrado o processo negocial, fomos novamente à greve. Iniciamos no mesmo momento numa demonstração de união, maturidade e organização. A cada dia o movimento mais se fortalecia ante o silêncio da Fenaban, que continuou por três semanas e igualmente a nossa greve. Trabalhadores de bancos públicos e privados unidos na busca de uma proposta digna e decente.

A força da greve e a determinação de cada dirigente sindical, de cada trabalhador fizeram com que arrancássemos uma proposta com aumento real de salário, valorização do piso da categoria, melhoria na PLR e avanços na segurança com a proibição de transporte de numerário por bancários e no combate ao assédio moral com o fim da divulgação dos rankings individuais de vendas de produtos. Após debates, o Comando Nacional orientou os sindicatos e as federações que, de forma madura e séria, defenderam as propostas, sendo aprovadas nas assembleias e permitindo que a greve terminasse de maneira unida e vitoriosa, ao mesmo tempo em todo o Brasil. Os funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) precisaram de mais enfrentamento, mas também obtiveram conquistas importantes após 29 dias de greve.

A Contraf-CUT, na qualidade de coordenadora do Comando Nacional, deseja apresentar ao conjunto de dirigentes sindicais, militantes, enfim companheiras e companheiros, os parabéns pela exemplar condução desse movimento, que garantiu a realização de mais uma campanha vitoriosa.

Nunca é demais repetir que a nossa luta, a nossa garra, a nossa determinação, a nossa ousadia e a nossa unidade foram essenciais para as conquistas que tivemos e por isso nos estimulamos a enfrentar os novos desafios na batalha cotidiana por emprego decente, por um sistema financeiro cidadão e por uma vida melhor.

Parabéns a todas as bancárias e a todos os bancários do Brasil!

Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional dos Bancários

Abaixo-assinado cobra PLR com isenção do Imposto de Renda



Bancários podem subscrever o documento e enviá-lo até o próximo dia 20/11 (pág. 3)

- Campanha Natal Sem Fome dos Sonhos recebe doações até o próximo dia 18 de dezembro (pág. 2)
- BB: Sindicato orienta bancários sobre compensação dos dias parados durante a greve (pág. 3)
- Supremo Tribunal Federal confirma política de valorização do mínimo acertada com as Centrais (pág. 4)
- Conselho de Assuntos Econômicos do Senado aprova projeto de lei sobre pleno emprego (pág. 6)

Foto: Sec. de Imprensa – SEEB/CE



Itaú Unibanco: recorde de lucro e de demissões

O Itaú Unibanco divulgou semana passada o lucro de R\$ 10,9 bi até setembro, uma alta de 15,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Entretanto, na contramão do emprego, apresentou um corte de mais de dois mil trabalhadores. Numa demonstração de força da categoria bancária, o banco mais ganancioso foi o que teve mais unidades paralisadas durante a greve em todo o País (pág. 5)

Campanha Natal Sem Fome dos Sonhos recebe doações

A 19ª edição da Campanha Natal Sem Fome dos Sonhos, do Instituto Nordeste Cidadania (Inec), já recebe doações. De acordo com a presidente da entidade, Cássia Regina, diversos postos de coleta em toda a cidade recebem brinquedos e livros até o dia 18 de dezembro.

Em 2010 foram arrecadados 23 mil brinquedos e 24 mil livros. A perspectiva do Inec é superar estes números em 2011. Segundo Cássia Regina, é preferível doar brinquedos e livros a instituições do que distribuir diretamente nos cruzamentos das ruas. “É possível ser solidário sem incentivar a permanência de crianças e adolescentes nas ruas, que se constitui numa grave violação de direitos de crianças e adolescentes”, acrescenta.

Cidadania – A Campanha Natal sem Fome dos Sonhos surgiu em 1993, através da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), com o objetivo de despertar para o problema da fome mobilizando a sociedade brasileira. Em 2006, a campanha mudou seu foco para a educação, promovendo a arrecadação de livros e brinquedos. Em 2010, o Instituto Nordeste Cidadania, comitê estadual, contou com a colaboração de 52 parceiros, que ajudaram a beneficiar 62 entidades, arrecadando um total de 23.691 brinquedos e 24.017 livros.

A mobilização da sociedade civil em revelar a calamidade da fome em nosso País, seja por meio da arrecadação de alimentos, seja em comitês de ação, alcançou espaço na pauta das políticas públicas. Em 2003, o Instituto Nordeste Cidadania (Inec) se torna Comitê Estadual da Campanha.

Organização da Socieda-

de Civil de Interesse Público (OSCIP), o Inec é parceiro do Banco do Nordeste na operacionalização dos programas de microcrédito rural e urbano do BNB, Agroamigo e Crediamigo, respectivamente, e dos Espaços Socioculturais e de Negócios.

Os brinquedos são distribuídos no Natal, e os livros dão continuidade ao Projeto Leitura e Cidadania, por meio da implantação de “Espaços de Leitura” em comunidades de baixa renda.

O Instituto Nordeste Cidadania coordena a Campanha no Ceará, e envolve diversos parceiros e funcionários, numa rede de solidariedade e cidadania.

As doações podem ser feitas nos postos do CrediAmigo, do Banco do Nordeste ou em agências da instituição. Mais informações sobre a campanha podem ser obtidas no site do Inec ou pelo telefone: (85) 3209 9237.

DOE BRINQUEDOS E LIVROS INFANTO-JUVENIS



Realização:



SEDE DO INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA
Av. Dedé Brasil, 3.500 – Serrinha
Contato: (85) 3209-9242/ 9237

DICA CULTURAL

Espectáculo *Portas Abertas* no mês de novembro, no Teatro Dragão do Mar

Foto: Divulgação



Os fãs de Clarice Lispector terão a chance de reencontrar com três contos: *Amor*, *A partida do Trem* e *a Imitação da Rosa*. Todos reunidos e adaptados em uma única peça. É o espetáculo *Portas Abertas*.

A peça é encenada pelas atrizes Annalie Borges e Marina Brizeno, da Associação Teatro Citrine. *Portas Abertas* faz parte da programação de novembro do Teatro da Terça do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura contemplado por edital de estímulo ao teatro no Estado, lançado pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC).

Como forma de promover o acesso ao espetáculo serão cobrados preços populares de R\$2,00 a inteira e R\$ 1,00 a meia.

Serviço:

Teatro da Terça – *Portas Abertas* – Adaptação para teatro de três contos da escritora Clarice Lispector Às Terças-feiras, dias 08, 22 e 29/11, às 20 horas, no Teatro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Os ingressos custam R\$ 2,00 (inteira) e R\$ 1,00 (meia). Classificação livre.

VIDA E TRABALHO

Assista o programa de TV abordando o Sindicato dos Bancários

Nesta quarta-feira, dia 9/11, ao meio-dia, o Sindicato dos Bancários do Ceará realiza um almoço, com bancários, dirigentes sindicais, parlamentares e representantes de entidades da sociedade para acompanhar o programa *Vida e Trabalho*, que estreou no último dia 1º/11, na TV Metrópole, canal 26. O Sindicato dos Bancários do Ceará é um dos principais patrocinadores do programa.



TV Metrópole – A TV Metrópole estreou na segunda-feira, 31/10, com uma programação educativa, abordando temas como saúde, cotidiano das cidades e mundo do trabalho. Com exceção do *FESTFILMES*, que é um festival de filmes de ficção, animação e documentários de curta duração, produzidos tanto no Ceará como em qualquer País de língua portuguesa, os demais programas são inteiramente produzidos na região metropolitana de Fortaleza, pela empresa SJ Produções e Publicidade, sob a responsabilidade do Instituto da Cidade.

A TV Metrópole, canal 26, pertencente à Fundação José Possidônio Peixoto, pode ser sintonizada (canal aberto) em toda a região metropolitana de Fortaleza.

ESPORTE

Inscrições para o I Torneio Master de Futocaitite dos Bancários vão até o dia 9/11

A Secretaria de Esporte e Lazer do SEEB/CE lembra que estão abertas as inscrições para o I Torneio Master de Futebol Soçaitite dos Bancários para atletas com idade a partir de 40 anos até o próximo dia 9/11 (quarta-feira).

A reunião dos representantes das equipes irá ocorrer no dia 10/11 para discutir e aprovar o regulamento do torneio cujo início está previsto para o dia 17/11, no Clube da Caixa, em Messejana.

Mais informações com o secretário de Esporte e Lazer do Sindicato,



Ribamar Pacheco, pelo telefone (85) 9155 3632 ou 3252 4266.

AÇÃO

Brasil inaugura Centro de Excelência Contra a Fome

Comandar ações em 18 países – América Latina, Ásia, África. O Brasil, a partir do dia 7/11, tem a responsabilidade de coordenar os trabalhos de erradicação de fome com a inauguração do primeiro Centro de Excelência contra a fome no Brasil, sediado em Brasília.

Nosso País tem a seu favor as credenciais de ser o nono doador de alimentos no mundo e responsável por uma série de programas de transferência de renda. O Brasil

se tornou referência para o Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas (cuja sigla em inglês é WFP).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), são 80 países atendidos e cerca de 90 milhões de pessoas beneficiadas pelo Programa Mundial de Alimentação, existente há 48 anos.

Nas Américas, o Programa Mundial de Alimentação desenvolve ações na Bolívia, na Colômbia, em Cuba, no Equador, em El Salvador, na

Guatemala, no Haiti, em Honduras, na Nicarágua e no Peru.

De acordo com o diretor do Centro, o economista Daniel Balaban, “é inadmissível chegarmos a 7 bilhões de habitantes no mundo e haver 1 bilhão passando fome. E passar fome significa não ter acesso aos alimentos. O problema está em todos os lugares do mundo. Mas no Sudeste da Ásia, principalmente em áreas da Índia e China, isso é mais grave ainda”.

PLR sem mordida do Leão, por favor!

Bancários, metalúrgicos, químicos unidos por uma meta: uma PLR com isenção do imposto de renda. A união é válida, já que o que está em jogo é uma grave distorção: enquanto a PLR dos trabalhadores é tributada, a parcela do lucro líquido das empresas distribuída aos seus acionistas é isenta do imposto desde 1996.

Para o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, "o sistema tributário brasileiro é regressivo, ou seja, a carga de tributos recai mais sobre quem ganha menos, enquanto as grandes empresas contribuem com muito pouco".

Uma saída para o fim do problema poderá ser alteração na Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Essa é a proposta do deputado federal Ricardo Berzoini (PT/SP) a ser apresentada ao Ministério da Fazenda.

Comparação – Os bancos, que têm lucros astronômicos, pagam menos impostos que a classe trabalhadora brasileira. A constatação faz parte de relatório do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), lançado em agosto deste ano. O estudo mostra que em 2009, enquanto os trabalhadores contribuíram com 10,68% da carga tributária, as instituições financeiras arcaram com



IMPOSTO DE RENDA E VALORES RETIDOS NA FONTE AGOSTO 2010/SETEMBRO 2011	
TRABALHADORES	R\$ 89,9 bilhões (IR e valores retidos na fonte)
BANCOS	R\$ 37,2 bilhões (Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do PIS/Pasep, Cofins e Imposto de Renda)

Fonte: Sindifisco

apenas 3,02% da arrecadação do País. O sistema tributário brasileiro "tem sido um instrumento a favor de concentração de renda". A constatação é do relatório do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), lançado em agosto deste ano.

Ainda segundo o Sindifisco, entre agosto de 2010 e setembro deste ano, as pessoas físicas pagaram um total de R\$ 89,9 bilhões, entre IR e valores retidos na fonte como rendimentos do trabalho. Já os bancos contribuíram com apenas R\$ 37,2 bilhões, somados os pagamentos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do PIS/Pasep, Cofins e

Imposto de Renda.

Para os trabalhadores uma reforma tributária justa teria que inverter a lógica regressiva atual (quem ganha mais paga menos) com a adoção, entre outras medidas, de uma tabela progressiva de IR como instrumento de distribuição de renda. A proposta de não tributação de PLR é perfeitamente coerente com esta visão.

Os bancários podem imprimir o abaixo-assinado através do endereço: <http://www.contrafcut.org.br/download/Arquivo/11102719526.pdf>. O prazo de envio vai até o dia 20 de novembro.

FGTS

Dívidas das empresas crescem e atingem R\$ 16,2 bilhões

A dívida das empresas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deu um salto de quase R\$ 1 bilhão em apenas um ano e já passa de R\$ 16,2 bilhões. Nos últimos dez anos, o valor do calote dobrou. As informações são do último balanço da Carteira de Recuperação de Créditos do FGTS divulgado pela Caixa Econômica Federal, referente a 31 de dezembro de 2010.

De acordo com a Caixa, estão sendo cobradas pelas vias administrativa e judicial 330.995 ações, no valor total de R\$ 12,991 bilhões. Outros 9.488 processos classificam as dívidas como "em recuperação", ou seja, as empresas estão parcelando um débito que soma R\$ 3,225 bilhões. No total, são 340.483 processos.

O número de empresas não foi informado pelo banco, mas especialistas estimam em 330 mil, já que algumas podem ser citadas em mais de uma ação. Tomando-se como base uma média de 15 trabalhadores por empresa, o calote atingiria 4,95 milhões de brasileiros. "O rombo no FGTS é ainda maior que o registrado pela Caixa", diz o presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, Mário

Avelino. O especialista alega que os números oficiais referem-se apenas às empresas irregulares que o governo consegue pegar.

Poucos Fiscais – Para Avelino, o Ministério do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização do recolhimento do FGTS, não consegue cumprir o seu papel de forma adequada porque tem um quadro insuficiente de fiscais. Em um universo de cerca de 3 milhões de empresas no País, só 255 mil, ou 8,5%, foram fiscalizadas no ano passado.

A responsabilidade de supervisionar todas essas empresas está nas mãos de apenas 2,9 mil auditores fiscais. É muito pouco, reconhece Edgar Brandão, chefe da divisão de fiscalização do FGTS. Brandão se baseia em dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que apontam a necessidade de mil fiscais para cada 20 mil integrantes da População Economicamente Ativa (PEA) de um país. No Brasil, o ideal seria um número ao redor de 5 mil fiscais, ou seja, 70% maior que o atual. "Como o número de fiscais é pequeno, vamos em busca das empresas com maiores débitos e grande número de funcionários", conta o chefe da fiscalização do FGTS.

A boa notícia é que a informatização facilita a vigilância do governo. Em alguns casos, o cruzamento de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) dispensa a visita de fiscais aos estabelecimentos.

30 anos para pagar – Para especialistas, a razão de tantas empresas deixarem de recolher o FGTS é que, mesmo surpreendidas pela fiscalização, elas têm até 30 anos para regularizar a situação. As regras estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS permitem que uma empresa inadimplente pode parcelar sua dívida em até 18 meses. Como se não bastasse, se por algum motivo volte a deixar de recolher o FGTS essa empresa ainda pode renegociar o pagamento da dívida total por mais 180 meses. Caso decreto falência e comprove que não tem recursos para pagar as dívidas, o prejuízo é todo dos funcionários. "Temos um projeto tramitando no Congresso Nacional que reduz o prazo de recolhimento em atraso de 30 para apenas um ano", informa o presidente do Instituto FGTS Fácil.

BANCO DO BRASIL

Sindicato orienta funcionários sobre compensação dos dias parados

Resultado da greve nacional da categoria, os bancários conquistaram o não desconto dos 21 dias de paralisação. O acordo com os bancos, inclusive o Banco do Brasil, garante a compensação desses dias no máximo até 15/12, de segunda a sexta (exceto feriados), em no máximo duas horas diárias, sendo que o eventual saldo após esse período será anistiado.

O Sindicato dos Bancários do Ceará orienta que deve ser feito um acordo de planejamento entre a administração e o funcionário, observando a necessidade do serviço e a disponibilidade do bancário. Além disso, o Sindicato orienta que

qualquer lista, tabela ou outro tipo de coação deve ser denunciado à entidade. Lembrando que a compensação será, de no máximo, duas horas por dia e não poderá ser feita nos fins de semana nem feriados ou fora da jornada habitual. A suspensão de férias ou abonos deve ser comunicada ao Sindicato, principalmente se exclusivamente para grevistas. Qualquer dúvida ou denúncia procure os diretores do SEEB/CE, funcionários do BB:

- José Eduardo – (85) 9178 8330
- Bosco Mota – (85) 9155 4822
- Gustavo Tabatinga – (85) 9153 1235
- Carlos Eduardo – (85) 9155 4439
- Plauto Macedo – (85) 9155 5945

Veja a redação da cláusula da CCT sobre os dias parados:

Cláusula 55ª – Dias não trabalhados (greve)

Os dias não trabalhados entre 27 de setembro de 2011 e 17 de outubro de 2011, por motivo de paralisação, não serão descontados e serão compensados, com a prestação de jornada suplementar de trabalho no período compreendido entre a data da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho até 15 de dezembro de 2011, inclusive, e, por consequência, não será considerada como jornada extraordinária, nos termos da lei.

Parágrafo primeiro – Para os efeitos do caput desta cláusula, não serão considerados os dias em que houve trabalho parcial, pelo empregado, durante a jornada diária contratada.

Parágrafo segundo – A compensação será limitada a duas horas diárias, de segunda a sexta-feira, excetuados os feriados.

Parágrafo terceiro – As horas extraordinárias realizadas anteriormente à assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho não poderão compensar os dias não trabalhados.

DIEESE

Pagamento do 13º salário deve injetar R\$ 118 bilhões na economia

Os cálculos são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese): o pagamento do 13º salário deverá injetar cerca de R\$ 118 bilhões na economia brasileira, ou aproximadamente 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB). A estimativa é de que esse montante atinja 78 milhões de brasileiros, entre trabalhadores do mercado formal, inclusive os empregados domésticos e beneficiários da Previdência Social, aposentados e beneficiários de pensão da União e dos estados.

Segundo o Dieese, dos 78 milhões de brasileiros que devem ser beneficiados pelo pagamento do 13º salário, 29,7 milhões ou 38,1% do total são aposentados ou pensionistas. Os empregados formais, ou 48,3 milhões de pessoas, correspondem a 61,9 do total. Na distribuição por região, a parcela mais expressiva (51,3%) deve ficar nos estados do Sudeste, onde se concentra também

a maior parte dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Para fazer o cálculo, o Dieese não leva em conta os autônomos, assalariados sem carteira ou pessoas com outras formas de inserção no mercado de trabalho, mesmo que eventualmente recebam algum tipo de abono de fim de ano. Também não é considerado o adiantamento da primeira parcela do 13º salário ao longo do ano.

Leva-se em conta, para a elaboração dessa estimativa, dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho e do Emprego, além de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e informações do Ministério da Previdência Social e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Bancos lançam cartões pré-pagos para quem não tem conta corrente

Um novo tipo de cartão pode se tornar uma opção para quem não tem conta em banco ou simplesmente planeja controlar melhor seus gastos. Os cartões pré-pagos passaram a ser oferecidos no Brasil recentemente pelas maiores administradoras do País.

Esses cartões são classificados como “multiuso” ou de “uso genérico”. Na prática, eles funcionam como cartões de débito comuns, podendo ser usados para a realização de compras e de saques nos caixas eletrônicos. Alguns permitem também a realização de compras pela internet. Para ter acesso a esses produtos, o consumidor precisa, geralmente, pagar uma tarifa pela emissão do cartão e pela primeira carga. O uso para pagamento de compras não é tarifado, mas as recargas costumam ser cobradas, assim como os saques.

Público-alvo – O objetivo de bancos e administradoras é atingir, sobretudo, a população que não tem conta em banco, estimada em mais de 50 milhões de brasileiros pelo Banco Central.

Um dos diferenciais é que, para adquirir os cartões, o consumidor não precisa passar por uma avaliação da sua situação de crédito. Mesmo quem está com o “nome sujo” pode, assim, ter acesso a eles. “O mercado de cartões pré-pagos é extremamen-



te evoluído em países como os Estados Unidos”, diz o diretor-executivo de produtos pré-pagos para a América Latina e Caribe da Visa, José Coronel. “Em todos os países, percebemos que os consumidores valorizam o controle financeiro que o cartão traz e a questão da segurança, porque a pessoa não precisa andar com dinheiro em espécie”, diz.

A empresa, que lançou cartões pré-pagos, em parceria com Banco do Brasil e Banco Rendimento, fez pesquisas na América Latina para descobrir o potencial do produto por aqui.

BB – Desde que o Banco do Brasil lançou o cartão Ourocard Pré-Pago Visa, no começo de outubro, já foram emitidas 5.000 unidades do produto. A aquisição, por enquanto, é gratuita, e pode ser feita nas agências do banco. Por agora, o cartão só pode ser adquirido por correntistas – que, no entanto, podem repassá-lo para outra pessoa. A gerente-executiva do mercado de

cartões da pessoa física do Banco do Brasil, Maria Izabel Gribel, diz que uma das possibilidades de uso é para pagamento de mesada para os filhos.

Para ela, o produto pode até ajudar na educação financeira da criança ou do adolescente, uma vez que força a administrar o próprio dinheiro. Essa é, também, a maior vantagem desses cartões pré-pagos na análise de especialistas em finanças pessoais.

Internet – O banco Panamericano lançou seu pré-pago em abril em parceria com a Mastercard. O produto pode ser adquirido por qualquer pessoa nas unidades do banco e recarregado em casas lotéricas. O diretor de cartões do Panamericano, Eliel Teixeira de Almeida, diz que o maior diferencial do produto é a possibilidade de fazer compras pela internet. “Milhões de brasileiros querem fazer compras pela internet e não conseguem porque não têm cartão de crédito”, diz Almeida.

TRABALHO

Berzoini critica na Câmara projeto de lei que amplia terceirização

O deputado federal Ricardo Berzoini (PT/SP) se pronunciou em sessão ordinária da Câmara contra a precarização do trabalho e o Projeto de Lei (PL) 4330/2004, de autoria do deputado e empresário Sandro Mabel (PR/GO) que, segundo o parlamentar petista, estabelece um marco legal que amplia a terceirização, desorganizando e desregulamentando a relação capital e trabalho.

A proposta de Mabel, que permite inclusive a terceirização pelas empresas de suas atividades-fim, aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, da qual Berzoini é integrante.

“Sabemos que por definição a relação capital e trabalho é uma relação desigual, e como tal deve ser tratada, com a perspectiva de que o Estado deve proteger os direitos dos trabalhadores e proteger a livre organização dos trabalhadores. E o projeto do deputado Sandro Mabel peca no sentido de desregular essa relação e criar uma figura (terceirização) que já existe, mas que pode se tornar muito mais impactante no mercado de trabalho”, disse Berzoini.

O parlamentar ressaltou que, por trás de um discurso neoliberal de flexibilização e modernização das relações de trabalho, está a ganância pelo lucro cada vez maior, com a diminuição dos custos com mão de obra, a intenção de enfraquecer sindicatos e a capacidade de organização dos trabalhadores.

“Nos anos 60 e 70 começou a se formar nos EUA, Europa e Ásia, novos conceitos de gestão que buscavam supostamente ‘modernizar’ a relação capital e trabalho. Passou-se a discutir o suposto ‘engessamento’; ‘a dificuldade de contratar e demitir’, a ‘dificuldade de gerenciar mão de obra’ a partir de um tipo de contratação que se consolidou nos anos 30, 40 e 50. Mas na verdade, por trás de todo esse discurso estava uma questão de custo e de margem de lucro”, frisou.

Ele lembrou que no Brasil, onde o neoliberalismo começou a despontar nas décadas de 80 e 90, o discurso de modernização das gestões era na

verdade “uma busca insaciável de reduzir custos de trabalho e, de uma maneira mais disfarçada do que explícita, estabelecer a desorganização da estrutura sindical”. Uma estrutura sindical, acrescentou, que tinha sido destruída pela ditadura militar e que estava sendo reconstruída “com a perspectiva de que os trabalhadores tinham o direito de lutar por sua parte legítima da riqueza e da produção nacionais”.

“Para o bem da economia nacional, para o bem de uma estrutura sindical democrática e representativa, é fundamental que em qualquer regulamentação da terceirização se tenha princípios de proteção ao trabalhador e de proteção à organização sindical”, acentuou. E para isso, afirmou, “temos que buscar um equilíbrio, estabelecendo a distinção entre atividade fim e meio, diferenciando o que é especialização e o que, na verdade, é locação de mão de obra”.

O deputado finalizou parabenizando a iniciativa da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) que, em declaração conjunta, estabeleceram princípios para limitar o processo de terceirização e a precarização do emprego no País.

“A iniciativa da CUT e da CTB chama a atenção para a necessidade de uma regulamentação que tenha uma visão moderna no sentido de proteger os trabalhadores e seus direitos e proteger a legítima organização sindical dos trabalhadores”, disse.

Os princípios da declaração, citou o deputado, são a defesa do conceito de atividade-meio e atividade-fim e da proibição da terceirização nas atividades-fim; a responsabilidade solidária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas; a isonomia de igualdade de direitos entre todos os trabalhadores; o direito à informação prévia e negociação coletiva com os sindicatos, por ramo preponderante; e a proibição da terceirização das atividades que são tipicamente de responsabilidade do setor público.

VITÓRIA DOS TRABALHADORES

Por 8 votos a 2, STF confirma política de valorização do salário mínimo

Por 8 votos a 2, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4.568, apresentada por três partidos de oposição (PSDB, DEM e PPS) contra a Lei 12.382/2011 que estabelece a política de valorização do salário mínimo. A relatora do processo, a ministra Carmen Lúcia, deu seu voto contrário e foi acompanhada por outros sete magistrados. O julgamento ocorreu na quinta-feira (3/11), em Brasília.

Após a relatora, os ministros Luiz Fux e José Antonio Dias Toffoli acompanharam-na. O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e o ministro Joaquim Barbosa também descartaram inconstitucionalidade. O ministro Ayres Britto julgou como procedente a ação. Gilmar Mendes deu o sexto voto contra a demanda da oposição, mas fez amplas ressalvas ao prazo adotado para a política, até 2015. Com isso, a maioria foi assegurada – o julgamento conta com dez

ministros desde a aposentadoria da ministra Ellen Gracie.

Entenda – PPS, PSDB e DEM ingressaram com a Adin depois de a lei ter sido aprovada pelo Congresso. A norma estabelece que o salário mínimo será reajustado anualmente de 2012 a 2015, pela soma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores e o crescimento da economia brasileira de dois anos antes. O valor exato será confirmado por decreto do Executivo. Os opositoristas alegam que, ao deixar a definição do mínimo à Presidência, apesar de seguir uma fórmula aprovada pelo Congresso, iria ferir a autonomia do Legislativo prevista na Constituição.

A política mantém um acordo firmado entre as centrais sindicais e o governo federal em 2006, ainda durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão de encaminhar o mecanismo ao Congresso praticamente permite garantir aumento acima da inflação.

MÚSICA

Coral do Sindicato se apresenta em Conferência

Foto: Divulgação



O Coral do Sindicato dos Bancários do Ceará fez uma apresentação no sábado, dia 22/10, no hotel Oásis Atlântico, na abertura da III Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres. O evento reuniu 800 mulheres. Na Conferência, os participantes discutiram políticas públicas de igualdade entre homens e mulheres. Os conferencistas iniciaram a elaboração de um Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

Itaú tem lucro recorde de R\$ 10,9 bi até setembro, mas corta 2.496 empregos

O Itaú Unibanco apresentou lucro recorde de R\$ 10,940 bilhões entre os meses de janeiro e setembro deste ano, alta de 15,9% ante o mesmo período do ano passado. Segundo a consultoria Economática, é o maior lucro da história entre os bancos brasileiros para o período. Apesar do resultado estrondoso, a instituição seguiu na contramão do emprego, fechando mais postos de trabalho.

Os dados do balanço revelam que, em dezembro de 2010, o banco contava com 102.316 trabalhadores no Brasil. O número caiu em setembro para 99.820, o que aponta um corte de 2.496 empregos.

De acordo com o diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e representante da Fetrafi-NE na COE Itaú Unibanco, Ribamar Pacheco, não adianta fazer propaganda enganosa para dizer que pratica responsabilidade social e que é banco sustentável, se reduz postos de trabalho e não contribui para o desenvolvimento econômico e social do País. "O corte de empregos traz vários agravantes: precariza o atendimento, que já é ruim, pois reduz o número de bancários nas agências e aumenta a sobrecarga de trabalho", avalia.

Ele ressalta ainda que o banco não valoriza o esforço de seus funcionários, pois insiste em descontar de forma injusta, quando do pagamento da PLR, o AGIR, programa próprio do banco, que, segundo ele, é fruto do esforço e competência dos companheiros. "Mais uma vez, o Itaú Unibanco trata com desrespeito os seus trabalhadores, porque é injustificável bater recordes sucessivos de lucro e cortar empregos, o que comprova a imensa sobrecarga de trabalho nas unidades do banco, fruto da

Veja os maiores lucros, de janeiro a setembro, na história dos bancos brasileiros:

Posição	Banco	Lucro líquido (em bi R\$)	Ano
1	Itaú Unibanco	10,940	2011
2	Itaú Unibanco	9,433	2010
3	Bradesco	8,303	2011
4	Banco do Brasil	7,701	2010
5	Bradesco	7,035	2010
6	Itaú Unibanco	6,854	2009
7	Itaú Unibanco	6,444	2007
8	Bradesco	6,015	2008
9	Banco do Brasil	5,992	2009
10	Santander	5,953	2011

Fonte: Economática

pressão das metas abusivas e do assédio moral", destaca.

Mais números do balanço

No terceiro trimestre, o Itaú Unibanco teve lucro de R\$ 3,807 bilhões. Na comparação com o segundo trimestre, houve alta de 5,6%. Em 12 meses, o resultado cresceu 25%. A carteira de crédito, que cresceu 22,7% em 12 meses, teve expansão de 6,1% na comparação com o segundo trimestre deste ano.

O Itaú também divulgou também lucro recorrente de R\$ 3,940 bilhões no terceiro trimestre. A diferença entre este ganho e o resultado contábil se deve a provisões para ações judiciais questionando reajustes de planos econômicos e avaliação do investimento mantido pelo Itaú no Banco Português de Investimento pelo valor de mercado de suas ações em 30 de setembro de 2011.

No final de setembro, a carteira de crédito do Itaú Unibanco, incluindo avais e fianças, era de R\$ 382,236 bilhões, um incre-

mento de 22,8% em 12 meses.

O nível de inadimplência da carteira, medida pelo saldo de operações vencidas com prazo superior a 90 dias, foi de 4,7%, contra 4,5% no trimestre anterior e 4,2% em igual período de 2010.

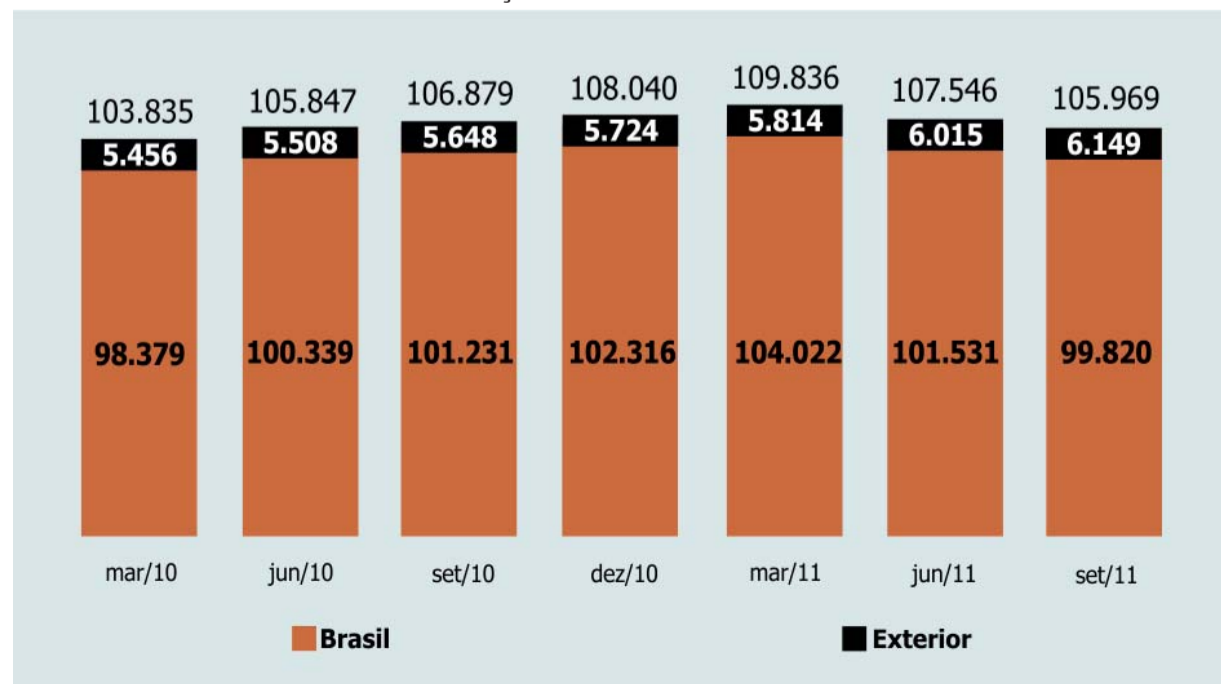
As despesas da companhia com provisões para perdas esperadas com calotes somaram R\$ 4,972 bilhões no trimestre, menos que os R\$ 5,1 bilhões do trimestre imediatamente anterior, mas superior aos R\$ 4,01 bilhões em igual etapa do ano passado.

Lucro recorde

O resultado superou o lucro do próprio Itaú Unibanco registrado em 2010: R\$ 9,433 bilhões. Em terceiro lugar, aparece o ganho de R\$ 8,30 bilhões do Bradesco, em 2011.

Entre os dez maiores lucros para o período, quatro são do Itaú Unibanco, três do Bradesco, dois do Banco do Brasil e um do Santander, de acordo com o levantamento da Economática.

Gráfico sobre evolução do emprego nas demonstrações financeiras do banco



Banco lucra R\$ 9,1 bilhões e cria 4.558 novos empregos até setembro

O Banco do Brasil alcançou lucro de R\$ 9,154 bilhões nos nove primeiros meses de 2011, segundo dados do balanço oficial da empresa, divulgado na quinta-feira (3/11). O resultado é 18,9% maior que o apurado no mesmo período de 2010. Neste mesmo período, a empresa abriu 4.568 novos postos de trabalho.

No entanto, outros números presentes no balanço do banco não são tão animadores. O banco arrecadou com tarifas cobradas de seus clientes R\$ 13,215 bilhões, um crescimento de 11,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, mesmo com o aumento no número de funcionários, as despesas de pessoal da empresa ficaram em R\$ 9,9 bilhões. Assim, o banco consegue pagar 1,32 vezes sua folha de pagamento apenas com o arrecadado em tarifas bancárias.

"O aumento do número de funcionários é uma boa notícia, mas a enorme arrecadação do banco somente com tarifas cobradas diretamente dos clientes mostra que há muito espaço para mais contratações", afirma Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT e funcionário do BB. "É preciso contratar mais para diminuir a sobrecarga dos bancários e melhorar o atendimento aos clientes. Além disso, a geração de emprego e renda é fundamental para que o Brasil possa enfrentar os efeitos da crise internacional", sustenta.

Crédito – Os clientes também são atingidos pelo spread bancário

(diferença entre o custo do banco ao captar dinheiro e os juros cobrados nos empréstimos). Enquanto o spread global está em 5,8%, a taxa nas operações de crédito (que exclui operações subsidiadas pelo governo) é bem maior: 8,5%. No caso das pessoas físicas, o spread fica em 14,6%.

Os dados referentes ao crescimento da carteira de crédito do banco mostram que o crédito à pessoa física segue no foco da instituição. As modalidades CDC Consignação e CDC Salário cresceram respectivamente 16,2% e 19,9%, alcançando R\$ 65 bilhões. Enquanto isso, o crédito para o Agronegócio, setor em que o banco tem tradicionalmente forte presença, cresceu a taxas menores: 14,1 para pessoa jurídica e 11,4% para pessoas físicas.

"Essas variações mostram que o banco cada vez mais aposta no crédito para o consumo e não para a produção", afirma Marcel. Essa visão é corroborada pelas estimativas de crescimento para o próximo período divulgadas pelo banco. A empresa espera aumentar em 21% as operações de crédito para pessoa física, enquanto os empréstimos para o agronegócio devem crescer 12%. "Com isso, percebemos que o BB está deixando de financiar atividades que geram empregos e desenvolvimento para o País, e investindo nos empréstimos pessoais, se afastando de seu papel de banco público", avalia o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra.

CAIXA

Negociações permanentes serão retomadas dia 11/11

Depois de 21 dias de greve e da assinatura do termo aditivo à Convenção Coletiva Nacional de Trabalho deste ano, as atenções agora se voltam para as negociações permanentes entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e a Caixa Econômica Federal. Esse processo será retomado no próximo dia 11/11, em Brasília (DF), das 11h às 13h.

Na pauta, a retomada do debate em torno das questões específicas dos empregados. Os temas abordados ainda serão definidos, mas até o momento já tem como certa a discussão sobre a CCV (Comissão de Conciliação Voluntária), cujo acordo foi fechado nesta Campa-

nha Nacional entre o banco e os representantes dos trabalhadores.

Os representantes sindicais também deverão buscar a retomada dos Grupos de Trabalhos (GTs), já instituídos, para tratar da promoção por mérito para 2012, sistema de marcação de ponto (SIPON), Saúde do Trabalhador e Saúde Caixa.

São questões prioritárias para os empregados da Caixa. Algumas já acumulam debates nos GTs, discussões essas que precisam ser finalizadas o quanto antes, como no caso dos critérios de avaliação e do SIPON. Outras carecem de aprofundamento na construção de um entendimento com a Caixa para soluções efetivas, caso da Saúde dos Trabalhadores e do Saúde Caixa.

EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará, inscrito no CNPJ sob o nº 07.340.953/0001-48 e Registro Sindical sob o nº 208.327-59, por seu presidente, abaixo assinado, convoca todos os empregados de financeiras da sua base territorial para participar da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 08 de novembro de 2011 (terça-feira), às 18h30min, em primeira convocação, e às 19h00min, em segunda convocação, em sua sede, na Rua 24 de Maio, 1289, Centro, Fortaleza-CE, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia:

1. Apreciação e deliberação sobre a proposta apresentada para celebração da Convenção Coletiva de Trabalho dos Financeiros 2011/2012 e Convenção Coletiva de PLR com vigência para o período 01.06.2011 a 31.05.2012;
2. Deliberação/ratificação sobre desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada.

Fortaleza (CE), 04 de novembro de 2011.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
PRESIDENTE

CAE do Senado aprova projeto de Inácio Arruda sobre pleno emprego

Foto: Divulgação



A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou, na terça-feira (1º/11), o Projeto de Lei de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), que prevê alterações nas atribuições do Conselho Monetário Nacional (CMN). O projeto do senador cearense inclui entre os objetivos da política monetária a plena utilização da capacidade produtiva nacional em função da geração de emprego e renda, especialmente quanto às medidas na área do crédito.

“A decisão a respeito da taxa de juros é importante para o conjunto da economia, especialmente para a produção e o emprego. Portanto, não se trata apenas de questão técnica, mas também política, na medida em que envolve opções entre possíveis combinações de taxa de juros e de ônus para a sociedade”, defendeu Inácio.

“O BC e o CMN agem em comum acordo e têm em mente um único objetivo: salvaguardar a moeda. Nós mostramos que essa visão, limitada ao controle da inflação, não estava correta e buscamos dizer que é atribuição desses órgãos olhar para a geração de emprego. É uma mudança significativa, olhar para a moeda e para o emprego, para o desenvolvimento econômico. É esse equilíbrio que temos de ter no Brasil e não uma balança que tem um peso absoluto, que muitas vezes favorece os chamados ‘rentistas da economia’, em detrimento dos trabalhadores do País”, analisa o senador Inácio Arruda.

No relatório favorável, o senador Eduardo Braga (PMDB/AM), considera a proposta de Inácio um ajuste necessário para estabelecer uma melhor relação entre o sistema financeiro e as responsabilidades sociais do estado. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB/RO) reiterou o parecer e enalteceu a iniciativa do senador Inácio Arruda. “Esta proposta é viável por atrelar os compromissos financeiros, do Conselho Monetário, aos sociais”, destacou.

O projeto, que segue para

votação em Plenário, prevê que a lei que determina as atribuições do Conselho Monetário Nacional, de 31 de dezembro de 1964, não contempla a produção e o emprego entre os objetivos do CMN. O senador Inácio Arruda considera necessário, ainda que de forma indireta, que o CMN se responsabilize também pela produção nacional.

“A tendência é perseguir a utilização máxima do trabalho e do capital permitido pela economia, harmonizando-a com os demais objetivos”, explica o senador, destacando que entre suas principais atribuições, o CMN tem responsabilidade de gerenciar o regime de metas para a inflação. É o CMN que define qual é o centro da meta para a inflação, bem como o intervalo de tolerância. O Comitê de Política Monetária (Copom), por sua vez, persegue a meta por meio da utilização dos instrumentos disponíveis ao Banco Central do Brasil (Bacen), notadamente a taxa de juros.

Geração de empregos – Outra proposta aprovada pelo CAE no dia 1º/11 diz respeito a um projeto do senador Lindbergh Farias (PT/RJ), que determina que o crescimento econômico e a geração de empregos estejam entre as preocupações

do Banco Central, quando toma decisões de política monetária. Pela legislação atual, de acordo com o senador petista, o BC tem como definição de seus objetivos “apenas a estabilidade da moeda e do sistema financeiro, e não o foco direto no interesse da população”.

Pauta dos bancários – As propostas aprovadas na CAE do Senado dialogam com os bancários e a sociedade. Elas vêm ao encontro das manifestações da categoria desde o início dos anos 90, quando foi construído o projeto de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal que trata do sistema financeiro nacional. O tema também vem sendo recorrente nas críticas feitas por ocasião das reuniões do Copom, quando os bancários têm apontado a necessidade de mudar o foco da política monetária.

Os bancários defendem que, além das metas de inflação, o BC deveria fixar também metas sociais, como o aumento do emprego e da renda dos trabalhadores e a redução das desigualdades sociais do País. Outra proposta dos bancários é a ampliação do CMN contemplando a participação da sociedade civil organizada na discussão dos rumos da economia.

SANTANDER

Trabalhadores reforçam luta por acordos globais nas transnacionais espanholas

Terminou na sexta-feira, dia 28/10, o III Encontro de Sindicatos de Transnacionais Espanholas, realizado em Madri. Os dirigentes sindicais de nove países (Brasil, Espanha, Argentina, Chile, Colômbia, Panamá, Nicarágua, Peru e Guatemala) definiram um conjunto de conclusões para fortalecer a organização dos trabalhadores nas seis empresas (Santander, BBVA, Repsol, Telefónica, Endesa e Gas Natural Fenosa), destacando-se a luta por acordos marcos globais, a exemplo do já firmado com a Telefónica.

O evento foi promovido pela UNI Américas, União Geral de Trabalhadores (UGT) – uma das duas maiores centrais sindicais da Espanha –, Iscod (Instituto Sindical de Cooperação para o Desenvolvimento) e Icem (Federação Internacional de Sindicatos de Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas). A Contraf-CUT foi representada pelo bancário do Santander e secretário de imprensa, Ademir Wiederkehr, e pelas funcionárias do Santander e diretoras do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Rita Berlofa e Maria Rosani. Pela UNI Américas, participaram os diretores regionais José Molina e André Rodrigues. Também esteve presente o chefe mundial da UNI Finanças, Márcio Monzane.

Unificar lutas, globalizar direitos – O primeiro dia do III Encontro foi dedicado a avaliar a crise europeia e responsabilidade social das empresas, bem como a necessidade de reforma sindical e focar o papel dos sindicatos no novo contexto sócio-laboral.

No segundo dia, os participantes se reuniram em grupos por empresa para avaliar o processo de organização internacional. No caso do Santander, desde 2001 existe uma rede sindical, que virou uma aliança mundial em 2010, reivindicando a abertura de negociações com o banco para firmar um acordo marco global e constituir uma coordenadora mundial. Na semana de 21 a 26/11, as entidades sindicais da América Latina realizam uma jornada internacio-

nal de lutas no Santander, com manifestações contra as práticas antissindicais em todos os países onde o banco atua.

O terceiro dia foi certamente o mais importante. Os participantes se reuniram com as direções das empresas transnacionais espanholas, exceto a Gas Natural Fenosa, que se recusou a receber um sindicato colombiano. A delegação dos dirigentes sindicais da América Latina e Espanha foi recebida pelo diretor de Relações Laborais do Santander na Espanha, Juan Gorostidi Pulgar, na chamada Cidade Financeira Santander, em Boadilla del Monte, município ao lado de Madri. Trata-se de um imenso complexo onde funciona a sede do banco. “Foi uma reunião pioneira e histórica. Mesmo não sendo uma negociação, damos mais um passo firme rumo ao diálogo com o banco para constituir uma coordenadora mundial e construir um acordo marco global”, destaca Ademir.

No quarto dia, os participantes se reuniram com os comitês de empresa da UGT, em Madri. Os dirigentes sindicais do Santander se encontraram com os colegas espanhóis, fortalecendo o intercâmbio e ampliando o conhecimento sobre os acordos coletivos firmados na Espanha, sobretudo em relação à proteção ao emprego.

O destaque do quinto e último dia foi a aprovação de um documento conjunto com as conclusões do III Encontro, fortalecendo a necessidade de estabelecer estruturas sindicais supranacionais nas empresas transnacionais em âmbito mundial, diante do processo de globalização e expansão dessas empresas.

“O encontro reforçou a luta dos trabalhadores da América Latina e da Espanha na direção de unificar ações conjuntas e fortalecer as redes sindicais já construídas, como no Santander, visando impulsionar mobilizações e abrir negociações para firmar acordos marcos globais em todas as empresas transnacionais, a fim de garantir direitos básicos aos trabalhadores em todos os países”, avalia o diretor da Contraf-CUT.

Aspirinas

Um dos remédios mais populares do mundo acaba de ganhar mais uma utilidade. Uma pesquisa britânica diz que o ácido acetilsalicílico (AAS), mais conhecido pelo nome comercial aspirina, ajuda na prevenção dos cânceres hereditários. O estudo foi feito com cerca de mil pacientes com a síndrome de Lynch, um problema que afeta os genes que detectam e consertam as falhas no DNA. Em cerca de 50% dos casos, a consequência desse defeito é o câncer. No grupo dos que tomaram aspirina, apenas 15% tiveram a doença. Mas um alerta: para quem está considerando tomar aspirina, deve procurar um médico, pois a aspirina traz vários riscos para o estômago, incluindo úlceras.

Caixa itinerante

Com oito unidades móveis em operação, a Caixa Econômica Federal vai inaugurar mais sete bancos sobre rodas até o final do ano. O objetivo é fazer o atendimento bancário chegar o mais perto possível do cidadão que mora em regiões distantes, sem acesso a bancos. O banco móvel funciona dentro de caminhões e pode ser usado, quando necessário, para reforçar o atendimento em grandes centros urbanos, oferecendo todos os serviços básicos de uma agência bancária – como abertura de conta-corrente e poupança, pagamento de contas, saques e depósitos, além do pagamento de benefícios e operações do Programa Minha Casa, Minha Vida.

“[As elites] não aceitam que um operário tenha chegado à Presidência. Sempre que podem, buscam revanche. Claro que o governo Lula teve inúmeros problemas, mas também registrou avanços inegáveis. Mas as elites abandonam a discussão política e investem num forte preconceito social, de classe”

Francisco Fonseca, professor da FVG/SP.

TOUTROS TOQUES

Sem direitos

A ONU informa que dois terços da população mundial, ou seja, cerca de 5,1 bilhões de pessoas, não dispõem de benefícios sociais trabalhistas. A análise faz parte de um estudo feito pela responsável pela ONU-Mulher, Michelle Bachelet, ex-presidenta do Chile. O relatório “Uma Proteção Social por uma Globalização Justa e Inclusiva” destaca que, por meio da garantia dos benefícios sociais, é possível avançar economicamente e atenuar as tensões sociais.

Reciclagem

O Brasil reciclou 97,6% das latas de alumínio produzidas para embalagens de bebidas em 2010, um total de 239 mil toneladas de sucata, o equivalente a mais de 17 bilhões de unidades de latas. O índice mantém o Brasil na liderança da reciclagem de latas de alumínio para bebidas. No mesmo período, o Japão reciclou 92,6% da produção e a Argentina, 91,1%. Nos Estados Unidos, o índice foi 58,1%, mas o volume de produção é muito maior, cerca de 100 bilhões de latas por ano. Em 2010, a reciclagem de latas no País movimentou cerca de R\$ 1,8 bilhão. Desse total, R\$ 555 milhões foram injetados diretamente na coleta. De acordo com o empresariado, o volume de latas de alumínio coletado em 2010 equivale à geração de pelo menos 251 mil empregos no setor.



DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/> REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO	<input type="checkbox"/> PORTAL OU SINDICO
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO	<input type="checkbox"/> OUTROS:
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> RECUSADO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE